

HISTÓRIA ORAL: VOZES, NARRATIVAS E TEXTOS

History oral: voís, narrative the texts

Sônia Maria dos Santos*
Osmar Ribeiro de Araújo**

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar a História Oral como importante instrumento de pesquisa no campo da historiografia contemporânea. Nesse sentido, enfatiza a perspectiva da História Oral de lançar a vida para dentro da própria história (THOMPSON, 1998). Faz reflexões sobre os procedimentos do trabalho, seja utilizando-a como relatos a respeito de fatos não registrados por outra fonte de documentação, seja como complemento de registros considerados não suficientes para o que se deseja investigar. Embora rapidamente, apresenta o percurso da História Oral no campo acadêmico.

Palavras-chave: História Oral, Pesquisa, Método.

ABSTRACT

The purpose of this present article is to present the Oral History as an important instrument of searching in the contemporary historiography field. It emphasizes the Oral History perspective by putting life in the history (THOMPSON, 1998). It reflects about the proceedings of the searching using it as narrations about non registered facts by others sources or as complements of registers considered not sufficient for what they want to search. However, it presents the trajectory of the Oral History in the academic field.

Keywords: History Oral, Searching, Method.

* Universidade Federal de Uberlândia. Contatos: soniam@ufu.br

** Universidade Federal de Uberlândia. Contatos: osmaribeiro05@yahoo.com.br

Conceito e desenvolvimento da história oral

A História Oral inscreve-se em uma reflexão de natureza historiográfica na história contemporânea. É um recurso usado em estudos referentes à vida de pessoas, grupos ou comunidades. Um conjunto de procedimentos que têm como ponto de partida um projeto, e que têm como definição pessoas a serem entrevistadas. Tais entrevistas são gravadas, transcritas, conferidas e com autorização para serem usadas. É uma história que propicia diferentes diálogos, bem como possibilita compreender a constituição de classes sociais e a tradição de gerações, contada a partir de uma multiplicidade de pontos de vistas e vivências. Para Thompson (1998, p. 44-45), “Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”. Pode ser compreendida, também, como relatos a respeito de fatos não registrados por outra documentação ou, ainda, como uma complementação a registros considerados não suficientes para o que se deseja investigar.

Os documentos de História Oral são resultados de relatos, de projetos compartilhados, em que entrevistador/pesquisador e entrevistado/narrador são envolvidos e, nesta perspectiva, possuem aspectos individuais e coletivos, como afirma Oliveira:

A história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado. Portanto, apesar de a escolha do método se justificar pelo enfoque no sujeito, a análise dos relatos leva em consideração, como já foi abordado anteriormente, as questões sociais neles presentes. (OLIVEIRA, 2005, p. 94).

Há, portanto, uma articulação entre o particular e o geral, entre aquilo que se constitui como específico de uma narrativa e o momento histórico em que ela acontece. As falas são produzidas por sujeitos em um contexto sócio-histórico, que fazem uso da memória e da palavra, e isso implica o trabalho com o que é dito e com o não-dito, com o que é silenciado. O pesquisador precisa estar atento para esta dimensão da oralidade, pois, mesmo que o silêncio não fale, “O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é [...] ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 1993, p. 33-34).

A História Oral pode assumir diferentes formas, tendo como objetivo registrar experiências de uma pessoa, ou de diversas pessoas pertencentes a um grupo social, a uma mesma coletividade. O resultado final da entrevista é produto de quem narra e de quem pesquisa, como afirma Portelli:

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas. [...] a

entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto. (PORTELLI, 1998, p. 9-10).

De maneira coerente com esta posição teórica de Portelli, pode-se compreender que os papéis desempenhados por pesquisador/entrevistador e narrador/entrevistado são mais fluidos do que aparentam ser. Neste sentido, tudo que se narra oralmente é história, pois “[...] o narrador é empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história” (PORTELLI, 1998, p. 38). Por isso, é uma forma diferente de fazer história, o que significa que a História Oral muda a forma de escrever a história.

A História Oral é tão antiga quanto a própria história, pois foi a primeira espécie de história. Pode oferecer meios para a transformação do sentido social da história, porque alarga seu campo de ação, fazendo história não só dos líderes da sociedade, mas daqueles que são desconhecidos, que não têm voz, que são postos à margem, enfim, dos excluídos. (THOMPSON, 1998). Nesse sentido, as “Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas [...]”. (PORTELLI, 1998, p. 37). Possui, pois, a História Oral, uma dimensão ampla, como considera Queiroz:

História oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação ou cuja documentação se quer completar. Colhida por entrevistas de variada forma, ela registra experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo (QUEIROZ, 1998, p. 19).

A moderna História Oral ganhou visibilidade acadêmica a partir dos estudos realizados na escola de sociologia de Chicago, nos anos 1920. Nos anos 1960, a História Oral tem seu nascimento na Inglaterra: “[...] historiadores, antropólogos e sociólogos, [...] abrem a história operária para uma ‘nova história social’, que abarca o estudo da vida cotidiana dos trabalhadores (família, mulheres, lazeres, cultura), estendendo-se [...] aos estudos nacionais de História Oral” (TREBITSCH, 1993, p. 28). A História Oral britânica possui uma característica militante e politicamente engajada. Paul Thompson desenvolveu, em 1978, na obra *A Voz do Passado*, a idéia de que a função da História Oral é democratizar a própria história, um processo de devolvê-la ao povo.

Esta perspectiva militante é também expressiva em outros países como Itália e Alemanha. Na França, houve uma desconfiança dos historiadores frente à História Oral, uma vez que os mesmos utilizavam prioritariamente como fonte de pesquisa a documentação escrita e, por isso, o impulso para as primeiras pesquisas com a sua utilização de outras fontes acontece nos meados dos anos 1970, conquistando sua legitimação entre as ciências sociais históricas somente nos anos 1980.

A História Oral vai conquistando, aos poucos, o campo acadêmico em nível mundial e, assim, o continente sul-americano para ela se abre. Esta abertura acontece, também, em outros continentes numa perspectiva militante e anticolonial, por exemplo, no México que está na América do Norte.

E no Brasil? A produção científica pioneira nesta modalidade foi a do Centro de Pesquisas e Documentações – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, a partir dos anos 1970. Mas é preciso marcar que só no início dos anos 1990 a História Oral conseguiu ser expressiva nos meios acadêmicos. Nesse sentido, foi significativo o trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisadores da Associação Brasileira de História Oral – ABHO – da USP.

Entendemos que há dois aspectos que precisam ser considerados para uma melhor compreensão do processo trilhado pela História Oral em nosso país. Um deles podemos citar utilizando uma metáfora, foi o terreno movediço em que pisavam pesquisadores no trato com a História Oral. Segundo a fundadora do CPDOC/FGV, Camargo, da Universidade do Rio de Janeiro,

A diversidade, a flexibilidade e a liberdade que caracterizaram o uso da História Oral nos anos 70 foram algo muito constrangedor. Havia um mal-estar permanente quando da discussão do método dentro da universidade. Éramos vistos, no mínimo, como imaturos e a História Oral como uma espécie de extravagância importada, que ninguém sabia exatamente para que servia. (CAMARGO, 1993, p. 76).

O que estava em jogo, pode-se inferir, era o posicionamento acadêmico em relação à História Oral. Havia uma necessidade de definir, em relação a ela, uma postura a favor ou contra.

O outro aspecto que queremos ressaltar refere-se à ideologia política brasileira. Os anos 1970, até início dos anos 1980, foram marcados pela exacerbada e perversa censura militar. Nesse período, e nesse contexto, as vozes eram silenciadas em nome da ordem e do progresso e de uma sociedade de bem. Isso situava os trabalhos com História Oral num campo minado, já que possibilitava o emergir de vozes silenciadas. Sem dúvida, mesmo porque não podiam criar fontes, esta era a única fonte de pesquisa acadêmica em que os subjugados, subordinados e excluídos do poder, poderiam se expressar, quebrar o pacto do sigilo. São contundentes as palavras de Camargo:

[...] quando começamos, estávamos desbravando uma área proibida, estávamos fazendo realmente uma coisa muito esquisita: estávamos entrevistando políticos da década de 1930. Nada parecia mais extravagante do que isso naqueles anos de 75, nos quais o Brasil começava a sentir que se abria uma pequena brecha de ar puro no sistema autoritário, e que a democracia talvez estivesse ao nosso alcance. (CAMARGO, 1993, p. 86).

A História Oral é uma fonte rica e complexa, há, no entanto, uma decisão metodológica a se tomar nesse campo que é a opção de usar esta fonte como uma técnica ou como um método.

Utilizada como técnica, a História Oral é subsidiária de outra fonte. Comporta-se, no entanto, como recurso importante para completar falhas ou lacunas constantes de outra documentação.

Na acepção de método, tem o seu lugar como fonte principal da investigação e envolve um conjunto de entrevistas, que funciona como amostragem significativa, expressiva, pela qual, elementos essenciais do universo em análise devem estar presentes. Como método, configura-se, então, como o fundamento da pesquisa com procedimentos claros. Para Thompson, as fontes orais, pelo valor que possuem não devem ser tratadas apenas como um documento a mais: “Se as fontes orais podem de fato transmitir informação ‘fidedigna’, tratá-las simplesmente ‘como um documento a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado” (Thompson, 1998, p. 137-138).

Devido à dimensão subjetiva da História Oral, a verdade encontra-se na versão do narrador. Daí a crítica ao seu uso como método e, segundo Camargo, há um julgamento da confiabilidade da memória, enquanto expressão de veracidade, na criação do mito da não-objetividade:

O ponto central da questão é o problema da lógica da memória, ou seja, se essa memória é confiável ou não, se produz verdades ou mentiras. O que se pode dizer, e que é meio óbvio, é que ela produz ao mesmo tempo verdades e mentiras. Mas não é isso o que nos interessa. O que nos interessa é a capacidade de entender mentiras repetidas, porque se vários atores mentem da mesma maneira, deve-se pensar que esta mentira é importante. Por outro lado [...] a verdade encaixa, enquanto a mentira pulveriza, desarticula. Portanto, se, falando com muitas pessoas, eu consigo construir uma versão que se sustenta, posso dizer que esta versão tem boa chance de ser verdadeira. (CAMARGO, 1993, p. 83-84).

Os que não acreditam na História Oral, ou que a vêem com certa desconfiança, por vezes argumentam que ela não se pauta na objetividade, estando aí o seu problema metodológico. O que leva a supor que sua característica, marcada por forte subjetividade, compromete os resultados da pesquisa. Esta é uma questão, também tratada por Camargo, que a vê não possuidora de consistência teórica capaz de levar a um descrédito a utilização da História Oral em investigações. Mesmo porque, para esta pesquisadora, toda fonte possui objetividade e nenhuma é confiável de modo absoluto:

O mínimo que podemos dizer é que a História Oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia de jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta. [...] e pensar se a História Oral é objetiva ou não, seria realmente pouco relevante, na medida em que nenhuma fonte é objetiva. Toda fonte, em princípio, é provida de objetividade, mas é também um fator de desconfiança e, evidentemente, pode ser um indutor do equívoco. (CAMARGO, 1993, p. 78).

Thompson (1998) é contundente na análise dessa questão. Dentre suas reflexões afirma que não há fontes totalmente seguras. Tanto o oral como o escrito, podem ser modificados, corrompidos. Admite que o processo da memória depende da percepção, de como também ela acontece. Nesse sentido, os materiais de entrevistas representam per-

cepções sociais de fatos, bem como, estão sujeitos a pressões sociais dos seus contextos de origem. Alerta, no entanto, que constitui-se em equívoco tratar os fatos sociais como coisas, como quer Durkheim. Historiadores, pesquisadores, não podem cair nesta armadilha do pensamento durkheimiano, pois “[...] o que chega até nós é o *significado social*, e este é o que deve ser avaliado” (THOMPSON, 1998, p. 145, grifos do autor). Considera, ainda, que é um equívoco afirmar que as fontes escritas possuem alguma superioridade à fonte oral, isso é, um preconceito, pois:

[...] a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. [...] à diferença do texto escrito, o testemunho falado jamais se repetirá exatamente do mesmo modo. (1998, p. 146-147).

Para Portelli (1998) as fontes orais e as escritas não são mutuamente excludentes, mas têm características autônomas e funções específicas. Concebe a subjetividade como um precioso elemento que nenhuma outra fonte possui em igual medida, e que a memória não pode ser considerada apenas como um depósito passivo de fatos, devendo ser vista, também, como um processo ativo de criação de significações.

Outro aspecto importante é que a História Oral ocupa um campo multidisciplinar e interdisciplinar (CAMARGO, 1993). Diferentes linhas de trabalho podem dialogar. Além de diversas modalidades de relatos, pode ser utilizada com finalidades distintas, como formação de banco de dados; na pesquisa histórica em que se procura reconstruir fatos ou acontecimentos passados; como método de pesquisa na investigação de questões que requerem abordagem histórico-sociológica (SANTOS, 2001).

As modalidades de história oral

A História Oral constitui-se, para Bom Meihy (1996), em três modalidades: a) história oral de vida; b) história oral temática, e c) tradição oral. Estas três formas possuem como eixo fundamental as narrativas orais, sejam de uma pessoa, sejam de grupos que se dispõem como colaboradores.

A História Oral de vida é a modalidade mais subjetiva. É como o retrato que o narrador faz de si mesmo. O que é “[...] extremamente importante é que isto permitiu trabalhar-se com trajetória. [...] no sentido de que a História Oral ajude o pesquisador a constituir uma biografia diferente das que vinham sendo feitas até hoje” (CAMARGO, 1993, p. 82). Esta modalidade de investigação com o valor da exposição pessoal, permite analisar aspectos sócio-histórico-culturais pouco considerados por outras fontes. Por isso, o pesquisador/entrevistador, numa situação de entrevista, deve esforçar-se por propiciar condições em que fale o menos possível, possibilitando que o narrador/entrevistado fale o máximo que puder.

A tradição oral remete a questões do passado, que se manifestam pela transmissão

geracional. Trabalha com a permanência dos mitos, do folclore e com a visão de mundo de comunidades.

A História Oral temática parte de um assunto específico, preestabelecido. A objetividade é mais direta, aproximando-se mais da apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Procura buscar a verdade pela narrativa de quem presenciou um acontecimento, ou dele tenha alguma versão. Nesta modalidade, os detalhes da história pessoal do narrador só interessam quando se relacionam, ou revelam, aspectos úteis à informação temática, como afirma Bom Meihy:

[...] a “verdade” de quem presenciou um acontecimento ou que, pelo menos, dele tenha alguma versão que seja discutível ou contestatória [...] detalhes da história pessoal do narrador interessam apenas na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central (BOM MEIHY 1996, p. 51, aspas do autor).

A História Oral temática preocupa-se, portanto, com temas específicos e busca, na versão do narrador/entrevistado, rememorar sua vivência, possibilitando investigar e analisar as experiências e as trajetórias.

A entrevista na história oral

O êxito de uma entrevista depende de todo o processo vivenciado pelo pesquisador/entrevistador, e no diálogo que estabelece com o narrador/entrevistado. Nesse sentido, ela tem seu início a partir da elaboração do planejamento, da escolha dos sujeitos e do roteiro de questões. Os primeiros contatos são importantes para o estabelecimento de um clima de confiança, respeito e compromissos entre o pesquisador/entrevistador e o narrador/entrevistado. Para isso, é necessário ao pesquisador/entrevistador uma certa compreensão das relações e posturas humanas. Uma compreensão de que as pessoas são diferentes, cada uma tem suas próprias maneiras de ser e de pensar e, diante de um gravador, podem ter as mais diversas reações.

Nesse sentido, Thompson considera que:

Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON, 1998, p. 254).

Não se deve, pois, começar uma entrevista fazendo uma abertura formal no gravador, isso pode causar constrangimentos e inibições no narrador/entrevistado. Pode tornar-se fator de limitação à sua expressividade, ou mesmo distanciamento, pois uma entrevista é uma relação social e, quanto menos formal, melhor.

O pesquisador/entrevistador precisa estar ciente de que, por mais que sejam favoráveis suas relações com a pessoa entrevistada, ambos possuem diferentes interesses numa

entrevista. Por um lado, ao pesquisador/entrevistador interessam as narrativas que têm como objetivo atender a temas selecionados, que atendam às exigências requeridas pelo objeto de estudo, enfim, pela pesquisa. Por outro, interessa ao narrador/entrevistado narrar aquilo que lhe é significativo, que representa algo que lhe é importante e, por isso, deve ser dito, relatado. Há, portanto, um jogo em que o que é relevante para um pode não ser para o outro. Cabe ao pesquisador não deixar, no entanto, escapar o “fio da meada”, isto é, o fio do que é relevante para a investigação. É também por esta razão que o pesquisador/entrevistador, de mão das entrevistas, faz os necessários recortes para atender aos objetivos propostos.

Para Thompson (1998, p. 260-261), há alguns princípios que são fundamentais para a elaboração das perguntas em uma entrevista:

- as perguntas devem ser simples, diretas e em linguagem comum. Perguntas complexas e de duplo sentido conduzem a meias respostas, ou a respostas inadequadas;
- evitar perguntas diretivas que expressam as próprias opiniões do pesquisador/entrevistador. A perguntas assim, o narrador/entrevistado dará as respostas que o seu interlocutor deseja ouvir. As perguntas devem ser elaboradas com cuidado, de tal forma que evitem sugestões de respostas;
- devem também ser evitadas perguntas que levem o narrador/entrevistado a pensar do mesmo modo que o pesquisador/entrevistador pensa.

Antes de iniciar a entrevista propriamente dita, é importante esclarecer os objetivos da pesquisa. É preciso que o entrevistado não tenha dúvidas para que irá servir o seu relato, isto é, a que finalidade se destina.

O local em que se realiza a entrevista, bem como o estabelecimento do horário, são importantes. O narrador/entrevistado precisa sentir-se à vontade, e concorre para isso um ambiente agradável.

A questão do interesse é muito relevante numa situação de entrevista. Quanto mais o pesquisador/entrevistador demonstrar interesse, compreensão, pelo ponto de vista do narrador/entrevistado, mais irá saber sobre ele. Há situações em que é preciso compreender como o narrador/entrevistado está se sentindo. Pode estar indisposto, ou com compromissos, ou com problemas mais sérios e, sendo assim, o melhor é encerrar a sessão e reprogramá-la.

Um último aspecto que queremos ressaltar é que o pesquisador/entrevistador precisa ser educado e grato. Após a sessão de gravação, deve agradecer e demonstrar apreço em retribuição ao que lhe foi concedido.

A análise das narrativas

Existem várias pesquisas que cruzam abordagens e metodologias, utilizando procedimentos biográficos no sentido de analisar as transformações na profissão docente. Neste âmbito, estão os estudos de Dominicé (1990), Nóvoa (1992), Goodson (1992) e Huberman (1989). Dominicé (1990) acredita que a formação dos adultos não se dá so-

mente por meio de uma ação educativa, mas é resultado de uma trajetória de vida e da reflexão sobre o modo como os adultos se apropriam de um determinado tempo e de espaços educativos. Sendo assim, os saberes sobre a formação são resultados dos processos de flexibilidade dos que se formam. Nóvoa (1992), por vez, traz contribuições significativas no campo da formação de professores, quando decide adentrar os muros das escolas investigando suas vidas.

Goodson (1992) coordenou três estudos, tendo como preocupação básica resgatar as práticas pedagógicas dos professores a partir de suas histórias de vida, respeitando e dando voz ao professor. Ele acredita que devemos observar o modo como ele vive dentro e fora da escola, e que sua identidade e cultura oculta, têm impacto sobre os modelos de ensino que utiliza e sobre sua prática pedagógica. Esse mesmo autor afirma nas suas pesquisas que é necessário considerar os ciclos particulares da vida dos professores, e que esses ciclos influenciam seu trabalho cotidiano; os vários níveis da carreira e as decisões sobre ela devem ser analisados no seu próprio contexto.

Huberman (1989) em *La vie des enseignants*, mostra os resultados de sua pesquisa sobre o ciclo de vida dos professores, analisando as diversas fases do desenvolvimento da carreira docente. Ele estabelece “quatro regras de conduta” que norteiam a investigação e principalmente as análises das entrevistas. A primeira é evitar o estudo do desenvolvimento a partir de um fator, seja psicológico, cultural ou físico; acredita nas abordagens que não são únicas e dominantes. A segunda regra, verificar as relações que existem entre as representações e as práticas dos professores. A terceira regra é privilegiar o narrador, o modo como a pessoa que viveu a situação a explica. A quarta e última regra é enfrentar a generalização e estar consciente dos limites do trabalho.

O caminho que percorremos neste texto reflete leituras e preocupações teóricas e metodológicas a respeito da História Oral como instrumento de pesquisa no campo das ciências sociais no contexto do mundo contemporâneo. Assinalando, a grosso modo, os delineamentos por que passaram as fontes orais na segunda metade do século XX, enfatizamos sua relevância no sentido de estabelecer uma interface com a documentação escrita. A nosso ver, a História Oral possibilita narrar o passado a partir do olhar do presente, incorporando experiências do narrador, do seu próprio agir cotidiano. Esta perspectiva gera uma ruptura com a concepção de que os acontecimentos narrados têm um único significado, alijando da própria história o operar cotidiano. Nosso entendimento é que a narrativa oral possibilita

[...] criar outros entendimentos sobre o passado, propicia novos olhares acerca do presente e por extensão novas práticas. A história vivida não tem mais a exigência de ser pensada em termos de totalidade única. As fontes documentais escritas, orais, iconográficas, arqueológicas não são mais consideradas como reflexos verdadeiros ou falsos do passado. Antes, representam formas de como certos grupos, segmentos, classes se permitiram pensar, sentir, sonhar, desejar determinados acontecimentos, algumas experiências, certos períodos. Desse modo, todo documento, em face das suas múltiplas especificidades como registro, também é e foi uma forma de produção daquele presente que será passado. Nele há marcas individuais e sociais, numa imbricação impossível de se desfazer,

mesmo se tivermos a quimera de saber onde inicia um e termina o outro. (MONTENEGRO, 2005, p. 15).

Buscando tecer algumas considerações sobre a importância e o lugar dessa fonte de pesquisa em nossos trabalhos acadêmicos, pontuamos a tese de doutoramento de Santos (2001), que descobre investigando histórias de alfabetizadoras brasileiras uma bibliografia, que considera a alfabetizadora reflexiva e pesquisadora da sua própria prática, o que tem levado muitos pesquisadores a presumirem, erroneamente, que é suficiente somente a institucionalização de um espaço ou um tempo de formação continuada dedicado à discussão das questões postas pela prática das alfabetizadoras para que as mesmas façam um bom trabalho.

A dissertação de Araújo (2005), utiliza a História Oral Temática como método investigativo. Por meio de entrevistas realizadas com alfabetizadoras da rede municipal de ensino de Uberlândia, procura desvelar e compreender suas histórias de leitoras, bem como o trabalho que realizam com a leitura em sala de aula. Nesse trabalho fez um percurso de reflexão teórica, optando por concepções atuais sobre a História Oral como instrumento da pesquisa, concebida como método investigativo. As narrativas, originadas das entrevistas, configuraram-se como ponto central.

Acreditamos, por um lado, que “[...] o dito e o feito são radicalmente históricos, são práticas em que um constitui o outro, simultaneamente o dizer e o fazer, o fazer e o dizer” (FISCHER, 2004, p. 22). Por outro, compreendemos que é possível estabelecer uma articulação entre o que é próprio de um indivíduo e o que é comum ao seu grupo de pertencimento, isto é, entre o que se constitui como específico e o que se configura como geral, pois “A história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado” (OLIVEIRA, 2005, p. 94). Nessa perspectiva consideramos os depoimentos como informações fidedignas, possuidores de valores próprios, falas produzidas por sujeitos que fizeram uso da memória e da palavra para dizerem suas histórias.

Referências

ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. *Modos de leitura de alfabetizadoras*. História, memória e representação. 2005. 218f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BOM MEIHY, José Carlos. *Manual de história oral*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p.75-99.

DOMINICÉ, Pierre. *L'Histoire de Vie comme Processus de Formation*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1990.

FISCHER, Rosa Maria Bueno; VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault, um diálogo. *Educação e realidade*. Dossiê Michel Foucault, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 7-25, jan./jun. 2004.

GOODSON, Ivor F. Dar voz ao professor: as histórias de vida do professor e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A (Org.). *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora. p.?. 1992.

HUBERMAN, M. *La vie des enseignants: evolution et bilan d'une profession*. Paris, Neuchâtel (Switzerland): Delachaux et Niestlé, 1989.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Oralidade, memória e história: questões metodológicas*. In: Encontro Regional Sul de História Oral, 2., 2005, Porto Alegre, não publicado.

NÓVOA, A. (Org.). *Histórias de Vidas*. Porto: Ed. Porto. 1992.

OLIVEIRA, Valeska Fortes. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. *História oral*, Recife, v. 8, n. 1, p. 92-106. jan./jun. 2005.

ORLANDI, Eni, P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto história, Local*, v.?, n.14, p. 7-39, fev. 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: AUTOR. *Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil*. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

SANTOS, Sônia Maria dos. *Histórias de alfabetizadoras brasileiras — entre saberes e práticas*. 2001. 335f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 19-43.

Recebido em Dezembro de 2006
Aprovado em Fevereiro de 2007